

Manifestações e Protestos no Brasil

Emilayne Souto⁷⁸

Resenha do livro:

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

Em sua obra mais recente, Maria da Glória Gohn - professora da Faculdade de Educação da Unicamp e pesquisadora dos movimentos sociais desde os anos de 1970 -, parte de três questões fundamentais para se entender as manifestações e os protestos ocorridos no Brasil contemporâneo: 1) por que os movimentos sociais que vinham mobilizando e participando das arenas participativas junto ao Estado desde os anos 2000 não foram os protagonistas dos protestos que eclodiram em 2013; 2) quem são esses "novíssimos" sujeitos, suas identidades, demandas e repertórios de ação; 3) como atuaram os movimentos até então existentes nesse novo cenário.

A hipótese central é de que as atuais manifestações de rua no Brasil representam "novíssimas" formas de movimentos sociais. Para tal, a autora utiliza-se do método comparativo para a seleção e análise dos dados coletados. O locus principal de coleta se encontra na cidade de São Paulo, apesar de serem apresentadas mobilizações em outras cidades do país. A autora pontua que a análise ora desenvolvida apresenta um viés mais temporal que espacial, na medida em que foca nas datas, ênfases e transformações dos sujeitos e narrativas ao longo dos anos de 2013 e 2016.

O livro apresenta uma extensa introdução dividida em dois itens. O primeiro item trata de algumas categorias teóricas utilizadas ao longo do texto:

⁷⁸ Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Doutoranda). ORCID: orcid.org/0000-0002-0199-3126. Email: emilaynesouto@hotmail.com.

povo, massa, multidão, sociedade, indignação, cultura política e movimento social. Para a categoria povo, Gohn nos mostra como esta fora bastante utilizada pelos atores e analistas dos movimentos sociais nos anos de 1970 e 1980, sendo criticada pelos mais ortodoxos por se remeter ao populismo, ao mesmo tempo em que era reivindicada pelos atores de base popular em cena na época como mote de unificação nacional. Curiosamente, a autora traz teóricos clássicos como Michelet e Weffort no que tange à categoria povo como constituição de identidades políticas, todavia, não menciona Ernesto Laclau (2013), um dos autores fundamentais para o debate contemporâneo sobre populismo e que, sem dúvidas, lograria êxito na análise das forças antagônicas e articulações políticas presentes nas manifestações de Junho de 2013. Sobre a categoria massa, dos mais tradicionalistas (LE BON, 1985) àqueles considerados pós-modernos (GUATTARI, 1990), a ideia geral é de que esta representa grupos indefinidos, cooptados, que se incorporam aos eventos sem saberem o quê ou por que estão ocorrendo.

Multidão é a categoria que Gohn dá mais atenção, por ser, segundo a mesma, a que mais se aproxima da noção de manifestação. Presente em análises desde o século XVIII, o conceito ressurgiu no debate contemporâneo a partir das ideias de Hardt e Negri. Para os autores, há uma potência imanente democrática radical nesses novos sujeitos emancipatórios contra o *Império*, cujas características principais são a singularidade, a multiplicidade e a capacidade de agir em coletivo sem qualquer unificação. Assim como Gohn, José de Souza Martins adota o conceito para analisar as manifestações de março de 2015 no país, afirmando que a "multidão não é classe nem é raça. A multidão desconstrói o regime político dualista das facções antagônicas". Não obstante concordarmos com o caráter conjuntural, temporário e provisório das identidades constituídas nessas manifestações, cabe-nos questionar a multidão e sua capacidade intrinsecamente revolucionária. Cabe-nos questionar ainda o que se institui no lugar da desconstrução promovida por essa multidão, visto que geralmente se propõe o que ela não é, raramente como se constitui.

Quanto à categoria indignação, Gohn tece rápidas considerações sobre os processos subjetivos e as emoções coletivas e como sentimentos de indignação difusos foram mobilizados e capazes de levar milhares de pessoas às ruas. A categoria cultura política é mobilizada pela autora, a partir de diferentes teóricos (ALMOND; VERBA, 1989; INGLEHART, 1998; BERSTEIN, 1988; EDER, 1992; PUTNAM, 1996), como definição de conjuntos de crenças, valores e representações que orientam a ação política dos mais diferentes sujeitos. Desta definição, ela depreende que ocorreu a construção e confrontação de diferentes culturas políticas entre os movimentos tradicionais, os novos e os novíssimos durante os anos então analisados.

O segundo item da introdução aborda a categoria de movimento social e as distinções entre os chamados clássicos, novos e novíssimos movimentos sociais. Nesta parte do texto, a autora reflete os pensamentos de alguns teóricos centrais nas discussões sobre movimentos sociais (CASTELLS, 2013; MELUCCI, 1996; Tarrow, 2009; TILLY, 2010; TOURAINE, 2005) para chegar à definição básica de que estes se referem a um tipo particular de ação coletiva com laços de pertencimento e identidade com um grupo e repertórios específicos de formas de ação política. Os movimentos sociais clássicos são aqueles baseados na lógica da representação classista, possuem o trabalho como categoria unificadora central. Os novos movimentos sociais surgem a partir dos anos 1960, são representados pelos movimentos estudantis, feministas, ecologistas e possuem as questões identitárias como mote fundamental de luta. No Brasil, os novos movimentos sociais foram de veras importantes nas manifestações durante a nova constituinte e pautaram temas fundamentais elaborados na Constituição Federal de 1988 com relação aos novos direitos políticos e sociais. Segundo a autora,

Até junho de 2013, no Brasil, os protestos nas ruas mais frequentes eram de movimentos clássicos ou dos até então "novos" movimentos populares organizados pela luta à terra, moradia, etc. A partir de 2013 este cenário se altera com os novíssimos sujeitos em cena, focalizados com maior destaque neste livro porque são a novidade que coordenaram a organização das grandes manifestações de protesto entre 2013-2016 (p.21)

Em “Redes de Indignação e Esperança”, Castells (2013) apresenta algumas das características identificadas nesses novíssimos sujeitos em cena: sentimentos de indignação difusos, composição social diversa, proliferação de identidades, usos de novas tecnologias de informação e comunicação e novas formas de organização social. Gohn corrobora com as leituras de Castells e acrescenta ainda que estes são coletivos, já que não se identificam como movimentos, sem lideranças, horizontais, não hierarquizados, que não visam ter continuidade e cujas ações são elaboradas no campo da micropolítica. Para além da excitação teórica e analítica dos dois autores, cabe a consideração de que todo e qualquer movimento social carrega consigo desigualdades e hierarquias sociais. Não há como pressupor teoricamente que esses novíssimos movimentos sociais constituem formas de organização menos hierárquicas, seria o mesmo que desconsiderar as relações de poder existentes entre os diversos atores. Talvez sejam necessários mais estudos empíricos sobre esses novíssimos sujeitos sociais que ponham em questão as dinâmicas existentes dentro dos próprios coletivos.

O livro está assim dividido em duas partes. A primeira parte é composta por dois capítulos nos quais a autora aborda as manifestações que vão de junho de 2013 até o final de 2016, focando especificamente na formação dos grupos Movimento Passe Livre (MPL), Vem pra Rua (VPR) e Movimento Brasil Livre (MBL). A segunda parte está dividida em três capítulos que abordam as manifestações no campo da educação: as ocupações de escolas públicas contra as reorganizações administrativas, os atos contra a reforma curricular do ensino médio e a luta contra o projeto Escola Sem Partido.

O MPL foi criado em 2005 em Porto Alegre durante as reuniões do Fórum Social Mundial, sendo um dos principais atores responsáveis pelas manifestações que explodiram por todo o país e ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho. Tendo se iniciado com a mobilização do Movimento pelo Passe Livre contra o aumento das tarifas de transporte público na cidade de São Paulo, frente à desproporcional repressão policial, os protestos acabaram mobilizando a opinião pública e ganharam capilaridade por todo o território nacional. Do mote

inicial de que “não são os centavos, são os nossos direitos”, os manifestantes que ocuparam as ruas naquelas duas semanas passaram a novos repertórios de protesto: surgiram reivindicações por mais segurança, saúde, educação, moradia, “Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora todos”, pelo fim da corrupção, “legalize já”, intervenção militar, etc. Em algumas cidades, houve a revogação do aumento das passagens dos ônibus e a conquista do passe livre para os estudantes. Em outras, ocorreu justamente o aumento dessas tarifas. A autora apresenta os diferentes momentos e posturas do MPL nos protestos ao longo dos três anos analisados, levantando uma importante consideração: embora em seu conjunto as manifestações de junho tenham sido compostas em sua maioria por camadas médias (em sua maioria, urbanas precarizadas), o MPL não deve ser visto como um movimento de classe média nem exclusivamente virtual. Diferente dos outros, ele possui um extenso trabalho de base em regiões periféricas.

O VPR foi criado em 2014 por dois engenheiros que trabalhavam no mercado financeiro nos Estados Unidos. A partir de intensa mobilização nas redes sociais, os fundadores conseguiram articular os protestos contra a corrupção durante as eleições de 2014, que ficaram conhecidos como panelaços. Com a reeleição de Dilma Rousseff, o VPR passou a articular as manifestações a favor do impeachment da então presidenta. Gohn assinala as diferentes matrizes discursivas do movimento, destacando como valores apregoados pelos militantes a educação suprapartidária nas escolas, a conscientização política e a atuação cívica. Dentre as críticas que pesam sobre o VPR, estão a falta de clareza quanto à forma de financiamento e quem são os doadores do movimento.

O MBL também foi criado em 2014 e também possui intensa mobilização nas redes sociais, tendo como mote inicial de protesto ser “contra tudo que está aí”, foi um dos protagonistas das manifestações a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff que levaram ao golpe de Estado perpetrado em 2016. Segundo Gohn, o perfil político do MBL situa-se no campo contraditório entre liberalismo e neoconservadorismo. Diferente do VPR, o MBL não nega a forma partido, muito pelo contrário. Nas eleições em 2016, o movimento conseguiu eleger oito vereadores no estado de São Paulo. Um deles foi o Fernando Holiday,

negro e gay, contrário aos movimentos negro e LGBT. Além de atuar na promoção do projeto de lei Escola sem Partido, o MBL atuou contra as ocupações das escolas secundaristas em 2016, afirmando que os estudantes eram doutrinados pela União de Estudantes Secundaristas (UNE).

Dentre os vários momentos das distintas mobilizações, a autora sublinha, de um lado, a articulação realizada por 26 dos “novíssimos” movimentos sociais – dentre eles, o VPR e o MBL –, que deu origem à Aliança Nacional Democrática e, do outro, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, ambas formadas, em sua maioria, por atores advindos dos movimentos clássicos e novos das décadas de 1980 e 1990. O que as análises denotam é que, nesse período estudado, existe, como sempre existiu, a coexistência entre distintas modalidades de movimentos sociais, com diferentes modos de ativismo e léxicos narrativos, por vezes, em antagonismo, por vezes em articulação entre eles.

Gohn conclui que as manifestações e os protestos revelaram distintos modelos de movimentos sociais na atualidade com diferentes identidades, propostas e perfis político-ideológicos, formando um amplo leque de correntes e contracorrentes. Revelaram ainda alterações entre os sujeitos em cena, nos repertórios, nas formas de socialização e pertencimento e na cultura política, ampliando o campo democrático. A obra apresenta uma importante contribuição para um panorama das manifestações e protestos que assolaram o país nos últimos anos.

Todavia, em face da atual conjuntura política, devemos nos questionar o quão democráticos são esses movimentos que, por vezes, se apresentam como mais democráticos que a própria democracia. À esquerda ou à direita do espectro político, devemos nos perguntar quais e como estes movimentos colocam em pauta ou contribuem para novas formas de subordinação. Afirmar que esses novíssimos sujeitos, em multidão, são emancipatórios e ampliam o ambiente democrático global é desconsiderar que não há atores privilegiados nem intrinsecamente emancipatórios; é desconsiderar ainda os conchavos políticos, as questões econômicas e até a política econômica internacional, fatores que influenciam sobremaneira os destinos da nossa jovem e instável

democracia. Tendo em vista o alerta que a própria autora faz quanto aos perigos de se confundir novo com novidade, nunca é demais reavaliar o que de “novo” carregam, de fato, esses “novíssimos” movimentos sociais.

Referências

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture revisited**. London: Sage, 1989.

BERSTEIN, S. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

EDER, Klaus. **Culture and politics**. In: HONNETH, Axel et al. Cultural political interventions in the unfinished project of enlightenment. Cambridge: MIT Press, p. 95-120, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

INGLEHART, Ronaldo. **The renaissance of political culture**. American Political Science Review, v. 82, n. 4, p. 203-29, 1998.

LACLAU, E. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LE BON, Gustave. **The crowd**. New York: Viking, 1985.

MELUCCI, Alberto. **A Challenging codes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.3, p. 133-60, jan. / jul. 2010.

TOURAINE, Alain. **Um nouveau paradigme**. Paris: Fayard, 2005.

Recebido: 10 out. 2018

Aceito: 15 out. 2018